



DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

GMAC ADMINISTRADORA
DE CONSÓRCIO LTDA

SEMESTRE FINDO EM
30 DE JUNHO DE 2023

Índice

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO	3
RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA.....	4
RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	7

Demonstrações Financeiras Individuais

BALANÇOS PATRIMONIAIS	9
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO.....	10
DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE	10
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA	12
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS	13
DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS ..	14

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais

1. CONTEXTO OPERACIONAL	15
2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	15
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS.....	16
4. DISPONIBILIDADES	21
5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	22
6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO	23
7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	23
8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS	26
9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS	27
10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS.....	27
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO	29
12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO.....	29
13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS.....	30
14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS.....	30
15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	30
16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS	31
17. PARTES RELACIONADAS	31
18. GERENCIAMENTO DE RISCO.....	32

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores cotistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações do Resultado, dos Resultados Abrangentes, das Mutações do Patrimônio Líquido e dos Fluxos de Caixa relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, da GMAC Administradora de Consórcios Ltda., e as demonstrações consolidadas dos grupos de consórcios em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022 e as respectivas Demonstrações Consolidadas das Variações das Disponibilidades dos Grupos de Consórcios relativos aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

São Paulo, 17 de agosto de 2023

A Administração

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Em atendimento ao disposto no Art. 15, da Resolução BCB nº 130/21, divulgamos o resumo do relatório semestral do Comitê de Auditoria, juntamente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas do conglomerado econômico-financeiro da Chevrolet Serviços Financeiros, composto por Banco GM S.A. e GMAC Administradora de Consórcios Ltda..

O período de referência do documento é o semestre findo em 30 de junho de 2023.

O Comitê de Auditoria foi instalado em 18 de fevereiro de 2011 por deliberação da Assembleia Geral dos Acionistas do Banco GM S.A. e atua como órgão único para a Chevrolet Serviços Financeiro.

As reuniões do Comitê de Auditoria com a auditoria independente, com a auditoria interna e com a diretoria da instituição ocorreram em 21 de junho de 2023 e em 17 de agosto de 2023, tendo o conteúdo de tais encontros devidamente formalizados em atas.

Na reunião de 17 de agosto de 2023, o Comitê de Auditoria avaliou as demonstrações financeiras e contábeis da data-base de 30 de junho de 2023 sem que se tenham registrado observações relevantes em relação a esses documentos.

Na ocasião, o Comitê de Auditoria também assumiu a responsabilidade pela avaliação do:

- Relatório semestral qualitativo e quantitativo referente às atividades desenvolvidas pela ouvidoria (data-base 30 de junho de 2023), conforme determinações da Resolução nº 4.860/20 do Conselho Monetário Nacional e da Resolução do Banco Central nº 28/2020.

Em termos de efetividade das auditorias independente e externa, o Comitê de Auditoria considera que os trabalhos foram desempenhados de maneira satisfatória, estando adequados à complexidade e ao porte da instituição.

Ao longo do primeiro semestre de 2023, o Comitê de Auditoria acompanhou a condução dos trabalhos realizados pela auditoria interna cumprindo o plano estabelecido para o exercício. A avaliação resultou positiva em termos de cobertura e de qualidade.

As recomendações feitas pelos auditores independentes e internos foram integralmente atendidas por meio de proposição de planos de ação corretivos, com designação de responsáveis pela(s) implementação(ões) e data de conclusão esperada.

Não houve, portanto, recomendação que não tenha sido acatada no período.

Por fim, os trabalhos das auditorias independente e interna não trouxeram ao conhecimento do Comitê de Auditoria a existência de riscos residuais que pudessem afetar a solidez e a continuidade da Chevrolet Serviços Financeiros.

Ao longo do primeiro semestre de 2023, não se identificaram instâncias que potencialmente afetassem a objetividade e a independências das equipes de auditoria.

No que se refere à avaliação da qualidade das demonstrações financeiras, o Comitê de Auditoria entendeu que os controles e procedimentos aplicados são eficazes e conferem transparência e confiabilidade às demonstrações financeiras da Chevrolet Serviços Financeiros, aprovando, sem ressalvas, as demonstrações financeiras do Banco GM S.A. e da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. referentes à data-base de 30 de junho de 2023.

São Paulo, 17 de agosto de 2023.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores e Cotistas da
GMAC Administradora de Consórcios Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcio em 30 de junho de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nesta data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GMAC Administradora de Consórcios Ltda. em 30 de junho de 2023, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o semestre findo nessa data, bem como a demonstração consolidada dos recursos de consórcios em 30 de junho de 2023 e a respectiva demonstração consolidada das variações nas disponibilidades de grupos de consórcio para o semestre findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação a Administradora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Administradora é responsável por essas e outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.

Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade da Administradora de continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Administradora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Administradora.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Administradora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Administradora a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 28 de agosto de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O



Fabricio Aparecido Pimenta
Contador CRC SP-241659/O

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/2023	Dez/2022	PASSIVO	Nota	Jun/2023	Dez/2022
CIRCULANTE		<u>658.618</u>	<u>251.725</u>	CIRCULANTE		<u>97.726</u>	<u>78.697</u>
Disponibilidades	4	<u>31</u>	<u>34</u>	Outras Obrigações		<u>97.726</u>	<u>78.697</u>
Depósitos Bancários		<u>31</u>	<u>34</u>	Obrigações Fiscais Correntes	9	<u>25.421</u>	<u>17.753</u>
Instrumentos Financeiros	5	<u>580.974</u>	<u>210.755</u>	Diversas	8	<u>72.305</u>	<u>60.944</u>
Títulos e Valores Mobiliários		<u>580.974</u>	<u>210.755</u>	NÃO CIRCULANTE		<u>112.509</u>	<u>113.334</u>
Outros Ativos	6	<u>77.613</u>	<u>40.936</u>	Provisões	10	<u>19.974</u>	<u>17.686</u>
Ativo Fiscal Corrente		<u>18.616</u>	<u>7.738</u>	Outras Obrigações		<u>90.738</u>	<u>94.023</u>
Despesas Antecipadas		<u>58.649</u>	<u>32.857</u>	Recursos Não Procurados	8	<u>90.738</u>	<u>94.023</u>
Diversos		<u>348</u>	<u>341</u>	Obrigações Fiscais Diferidas	9	<u>1.797</u>	<u>1.625</u>
NÃO CIRCULANTE		<u>331.084</u>	<u>668.802</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>779.467</u>	<u>728.496</u>
Instrumentos Financeiros	5	<u>182.728</u>	<u>549.637</u>	Capital Social	11	<u>543.132</u>	<u>543.132</u>
Títulos e Valores Mobiliários		<u>182.728</u>	<u>549.637</u>	De Domiciliados no País		<u>543.132</u>	<u>543.132</u>
Outros Ativos	6	<u>120.911</u>	<u>87.900</u>	Reserva de Lucros		<u>236.335</u>	<u>185.364</u>
Despesas Antecipadas		<u>104.697</u>	<u>71.903</u>				
Diversos		<u>16.214</u>	<u>15.997</u>				
Ativo Fiscal Diferido	6	<u>27.445</u>	<u>31.265</u>				
TOTAL DO ATIVO		<u><u>989.702</u></u>	<u><u>920.527</u></u>	TOTAL DO PASSIVO		<u><u>989.702</u></u>	<u><u>920.527</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais, exceto o resultado líquido por cota)

	Nota	Jun/2023	Jun/2022
RECEITAS DE INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		32.738	26.117
Rendas com Títulos e Valores Mobiliários	5	32.738	26.117
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		32.738	26.117
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		44.473	52.695
Rendas de Prestação de Serviços	12	137.738	109.569
Outras Despesas Administrativas	13	(72.156)	(42.416)
Despesas Tributárias	16	(18.234)	(12.447)
Outras Receitas Operacionais	14	6.773	4.308
Despesas com Provisões	15	(2.431)	(753)
Outras Despesas Operacionais	15	(7.217)	(5.566)
RESULTADO OPERACIONAL		77.211	78.812
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS)		-	(220)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		77.211	78.592
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	7a	(26.240)	(26.712)
Provisão para Tributos Correntes	7b	(22.248)	(19.927)
Provisão para Tributos Diferidos	7b	(172)	(161)
Ativo Fiscal Diferido	7e	(3.820)	(6.624)
RESULTADO LÍQUIDO	11	50.971	51.880
RESULTADO LÍQUIDO POR COTA		0,09	0,10
Total de cotas 543.132.650			

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Jun/2023	Jun/2022
Resultado Líquido	50.971	51.880
RESULTADO ABRANGENTE	50.971	51.880

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Capital Social	Reserva de Lucros		Lucros Acumulados	Total
		Legal	Outras		
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021	543.132	7.696	77.762	-	628.590
Resultado Líquido	-	-	-	51.880	51.880
Destinação do Resultado Líquido:					
Reserva Legal	-	2.594	-	(2.594)	-
Reservas de Lucro	-	-	49.286	(49.286)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2022	543.132	10.290	127.048	-	680.470
Mutações do Período	-	2.594	49.286	-	51.880
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022	543.132	12.691	172.673	-	728.496
Resultado Líquido	-	-	-	50.971	50.971
Transferência Entre Reservas de Lucros	-	(12.691)	12.691	-	-
Destinação do Resultado Líquido:					
Reservas de Lucro	-	-	50.971	(50.971)	-
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2023	543.132	-	236.335	-	779.467
Mutações do Período	-	(12.691)	63.662	-	50.971

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	<u>Nota</u>	<u>Jun/2023</u>	<u>Jun/2022</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Resultado Líquido Ajustado		76.834	57.540
Resultado Líquido do Período		50.971	51.880
Provisão para Tributos Correntes	7b	22.248	19.927
Tributos Diferidos	7e	3.992	6.785
Resultado com Títulos e Valores Mobiliários	5	(32.738)	(26.117)
Provisão para Riscos e Obrigações Legais	10b	2.291	(122)
Atualizações de Depósitos Judiciais em Garantia	14	(773)	(1.488)
Despesa com Comissão Diferida	13	30.843	6.675
Varição de Ativos e Passivos		7.443	(66.111)
Juros de Títulos e Valores Mobiliários Recebidos		6.998	5.452
(Aumento) Redução em Outros Créditos		17.156	5.562
(Aumento) Redução de Despesas Antecipadas		(89.429)	(61.184)
Aumento (Redução) em Outras Obrigações		100.375	(10.450)
Imposto de renda e Contribuição Social pagos		(27.657)	(5.491)
Caixa líquido proveniente (aplicado) das atividades operacionais		<u>84.277</u>	<u>(8.571)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
(Aumento) Redução de Títulos e Valores Mobiliários		(84.280)	8.527
Caixa líquido proveniente (aplicado) nas atividades de investimento		<u>(84.280)</u>	<u>8.527</u>
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (APLICADO) NAS ATIVIDADES			
		(3)	(44)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos exercícios		<u>34</u>	<u>105</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final dos exercícios		31	61
AUMENTO (REDUÇÃO) DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(3)	(44)

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS RECURSOS DE CONSÓRCIOS

Em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro 2022

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Jun/2023	Dez/2022	PASSIVO	Nota	Jun/2023	Dez/2022
Disponibilidades		7.552	9.145	Outras Obrigações		1.403.763	1.296.565
Depósitos Bancários		7.552	9.145	Obrigações com consorciados		492.658	457.882
Aplicações Financeiras		513.539	466.999	Valores a Repassar		29.592	27.679
Títulos e Valores Mobiliários	5	513.539	466.999	Obrigações por Contemplações a Entregar		406.604	372.339
Outros Ativos		882.672	820.421	Obrigações com a Administradora		60	69
Direitos com Consorciados Contemplados		882.672	820.421	Recursos a Devolver a Consorciados		364.173	346.765
Normais		869.560	810.868	Recursos dos Grupos		110.676	91.831
Em Atraso		12.904	9.276	Compensação		7.600.491	6.599.173
Em Cobrança Judicial		208	277	Recursos Mensais a Receber de			55.655
Compensação		7.600.491	6.599.173	Consortiados		61.861	
Previsão Mensal de Recursos a Receber dos		61.861	55.655	Obrigações do Grupo por Contribuição		4.044.068	3.522.377
Consortiados				Bens a Contemplar - Valor		3.494.562	3.021.141
Contribuições Devidas ao Grupo		4.044.068	3.522.377				
Valor dos Bens a Contemplar		3.494.562	3.021.141				
TOTAL DO ATIVO		9.004.254	7.895.738	TOTAL DO PASSIVO		9.004.254	7.895.738

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS VARIAÇÕES NAS DISPONIBILIDADES DOS GRUPOS DE CONSÓRCIOS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Nota	Jun/2023	Jun/2022
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO SEMESTRE		476.144	504.372
Depósitos Bancários		9.145	1.572
Aplicações Financeiras		466.999	502.800
(+) Recursos Coletados		679.300	568.308
Contribuições para Aquisição de Bens		478.118	412.834
Taxa de Administração		120.883	93.570
Contribuições ao Fundo de Reserva		27.894	21.607
Rendimento de Aplicações Financeiras		25.689	20.476
Multas e Juros Moratórios		3.166	2.916
Prêmio de Seguro		12.227	9.463
Reembolso de Despesas de Registro		480	397
Outros		10.843	7.045
(-) Recursos Utilizados		634.353	593.717
Aquisição de Bens		426.443	377.981
Taxa de Administração		126.898	97.317
Multas e Juros Moratórios		1.581	1.454
Prêmio de Seguro		12.589	9.858
Devolução a Consorciados Desligados		23.955	53.165
Despesas Registro de Contrato		477	394
Outros		42.410	53.548
DISPONIBILIDADES NO FIM DO SEMESTRE		521.091	478.963
Depósitos Bancários		7.552	7.668
Aplicações Financeiras	5	513.539	471.295

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A GMAC Administradora de Consórcios Ltda. (“Administradora”), situada na Avenida Indianópolis, 3.096, São Paulo-SP, Brasil, tem como atividade a administração de grupos de consórcio, formados para aquisição de veículos, controlada diretamente pelo Banco GM S.A., com sede administrativa no mesmo endereço da Administradora, cujo controle final é detido pela General Motors Company, empresa com ações listadas na bolsa de Nova York e situada em Detroit, Michigan, Estados Unidos.

Os recursos recebidos dos grupos de consórcio são utilizados na aquisição de bens, sendo o excedente aplicado no mercado financeiro. As transações relacionadas com as operações dos grupos de consórcio são mantidas em contas específicas de compensação e resumidas por meio das demonstrações consolidadas dos recursos de consórcio e das variações nas disponibilidades dos grupos. Suas operações são conduzidas contando com a participação de empresas ligadas, inclusive quanto à prestação de serviços administrativos de forma centralizada, cujos custos são absorvidos segundo critérios de prática e razoabilidade em virtude do volume de serviços prestados.

2. ELABORAÇÃO E PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas para a Administradora e os grupos de consórcios consolidados de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, normas consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro – COSIF, incluindo as alterações normatizadas pelo BACEN, introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09. A aprovação das demonstrações financeiras pela Diretoria ocorreu em de 17 de agosto de 2023.

Adicionalmente, a partir de janeiro de 2021, as alterações advindas da Resolução BCB nº 02/20 foram incluídas nas demonstrações financeiras. O objetivo principal dessa norma é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, *International Financial Reporting Standards* (IFRS). As principais alterações implementadas foram: as contas do Balanço Patrimonial estão apresentadas por ordem de liquidez e exigibilidade; os saldos do Balanço Patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o do final do período imediatamente anterior e as demais as quais foram apresentadas; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

A partir de janeiro de 2022, com a vigência da Resolução BCB nº 120/21, proveniente da Resolução CMN nº 4.924/21, as Administradoras de Consórcio passaram a observar os seguintes Pronunciamentos Técnicos CPC:

- i. Pronunciamento Técnico CPC 00 (R2) - Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro;
- ii. Pronunciamento Técnico CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos;
- iii. Pronunciamento Técnico CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro;
- iv. Pronunciamento Técnico CPC 46 – Mensuração do Valor Justo; e
- v. Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contrato com Cliente.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis são as seguintes:

3.1 Administradora

a) Resultado das operações

A receita por taxa de administração é reconhecida na apuração do resultado dentro do mês de competência, com exceção dos adiantamentos que são reconhecidos dentro do mês de recebimento. A partir de 01 de janeiro de 2022, as despesas de comissões pela venda das cotas de consórcio são apropriadas ao resultado conforme o período de vigência do grupo, sendo os montantes a diferir reconhecidos no ativo, na rubrica de despesas antecipadas. As demais receitas e despesas são contabilizadas de acordo com o regime de competência.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, de acordo com a Resolução CMN nº 4.818/20 e CPC 03, são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades, e aplicações financeiras com prazo total de até 90 dias da data de aquisição, que possuem conversibilidade imediata em caixa e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de seu valor justo. Dentre os recursos disponíveis com essas características são classificados como equivalentes de caixa somente aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A moeda funcional adotada para a elaboração das demonstrações financeiras é o real (R\$).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

c) Instrumentos Financeiros

i. Títulos e valores mobiliários

Os títulos e valores mobiliários estão contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, sendo as aplicações em fundos de investimento atualizadas com base no valor da cota divulgado por seus respectivos administradores e aplicações em CDB contratadas com o Banco GM S.A. (controladora) atualizadas com base nas taxas acordadas. Os títulos e valores mobiliários referentes aos certificados de depósitos bancários não foram adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados e a Administração tem a intenção e a capacidade de mantê-los até o vencimento e, portanto, foram classificados na categoria "títulos mantidos até o vencimento".

d) Ativos circulante e não circulante

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores de aquisição, incluindo-se, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias "*pro rata temporis*", auferidos e ajustados ao valor justo ou de realização, quando este for aplicável. A provisão para outros créditos deve ser constituída considerando o valor de realização de tais créditos, em virtude das garantias oferecidas e da experiência da Administração. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização.

e) Redução ao valor recuperável dos ativos

É reconhecida uma perda por "*impairment*" se o valor de contabilização de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos e grupos. Na avaliação da Administração, não houve indícios de perda por "*impairment*" no semestre findo em 30 de junho de 2023.

f) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias "*pro rata temporis*".

g) Provisões, ativos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias.

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, dos ativos contingentes e obrigações legais estão sendo efetuados para o semestre findo em 30 de junho de 2023, de acordo com os critérios definidos na Resolução CMN nº 3.823/09 que aprova o Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

- Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos.
- Provisões para riscos - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança.

- Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação.

- Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação fiscal.

- Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN.

h) Imposto de renda e contribuição social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota de 15% sobre o lucro real, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro real excedente a R\$240 mil ao ano (R\$120 mil ao semestre), a provisão para contribuição social - CSLL é constituída à alíquota de 9% sobre o lucro real. São também constituídos créditos tributários sobre diferenças fiscais temporárias, prejuízo fiscal e base negativa.

i) Partes relacionadas

A divulgação de informações sobre as partes relacionadas é efetuada em consonância à Resolução CMN nº 4.818/20, que determinou a adoção do Pronunciamento Técnico – CPC 05, do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, referente à divulgação de informações sobre as partes relacionadas.

j) Resultado não recorrente

De acordo com os critérios estabelecidos na Resolução BCB nº 02/20, resultado não recorrente é aquele sem relação às atividades típicas da instituição ou que ocorra incidentalmente ou sem previsão de frequência de ocorrência. A instituição deve evidenciar em nota explicativa, a natureza e origem ao resultado não recorrente.

Os eventos de resultados não recorrentes serão segmentados nas notas explicativas de resultado, juntamente à explicação do evento que os originou e seus efeitos financeiros identificados.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

k) Receitas e despesas decorrentes de contratos com clientes

A Administradora reconhece sua receita de taxa de administração como prestação de serviços por ocasião de sua competência em correlação ao recebimento das parcelas dos grupos de consórcio, com exceção das antecipações, essas são reconhecidas por ocasião de seu recebimento e, para as demais receitas, o regime de competência é utilizado.

A Resolução BCB nº 120/21 introduziu a partir de 01 de janeiro de 2022 no âmbito das administradoras de consórcio a aplicabilidade do CPC 47 – Receita de Contrato com o Cliente. Após estudos técnicos, análises e devida aprovação pela Administração, a Administradora manteve o reconhecimento de sua receita com taxa de administração no momento do recebimento das parcelas dos grupos de consórcio, sendo que a diferença de prática no reconhecimento não traz impactos materiais na receita e/ou prejudica a interpretação de seu resultado. Em face das despesas de comissão, estas são consideradas custo incremental para a obtenção do contrato e não incorreriam se este não existisse, sendo sua amortização realizada no decorrer do contrato, conforme o serviço é prestado ao cliente e no prazo inicialmente acordado.

l) Valores não procurados

Com a vigência a partir de janeiro de 2022 da Resolução BCB nº 156/21 e Instruções Normativas BCB nº 270/22 e 275/22, os valores dos grupos encerrados e que ainda não foram procurados e os correspondentes recursos aplicados deverão ser escriturados em contas de compensação, com exceção dos valores de recursos não procurados constituídos antes da Lei nº 11.795/08, que deverão constar nas contas patrimoniais. As atualizações monetárias do passivo e as rentabilidades de títulos e valores mobiliários para garantia do passivo serão reconhecidos proporcionalmente, conforme demonstradas nas notas 5 e 8.

3.2 Grupos de Consórcio

a) Aplicações Financeiras

Referem-se a aplicações financeiras em fundos de investimento efetuadas em nome dos grupos de consórcio, as quais incluem aplicações vinculadas a contemplações. Os rendimentos auferidos das aplicações são incorporados diariamente nos saldos de aplicações financeiras de cada grupo, não incidindo taxa de administração sobre estes.

b) Direitos dos consorciados contemplados

Representam os valores a receber a título de fundo comum e do fundo de reserva dos consorciados já contemplados, atualizados de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

c) Previsão mensal de recursos a receber de consorciados

Representa o valor das contribuições a receber dos consorciados ativos no mês subsequente ao balanço, a título de fundo comum e de reserva.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

d) Contribuições devidas ao grupo

Representa a previsão de recebimento dos fundos comum e de reserva até o término do grupo, calculada de acordo com os preços dos respectivos bens nas datas dos balanços.

e) Valor dos bens a contemplar

Representa o saldo dos bens a contemplar em assembleias futuras, calculado de acordo com os preços dos bens nas datas dos balanços.

f) Obrigações com consorciados

Representam, principalmente, contribuição ao fundo comum efetuada por consorciados não contemplados para aquisição de bens, as quais são atualizadas pela valorização do bem, e contribuições recebidas de consorciados dos grupos para formação do fundo comum, as quais são atualizadas de acordo com os rendimentos auferidos nas aplicações financeiras dos grupos.

g) Valores a repassar

Representam valores a repassar referentes aos pagamentos de taxa de administração, prêmios de seguros, multas e juros moratórios e outros.

h) Obrigações por contemplações a entregar

Representam créditos a repassar aos consorciados, pelas contemplações nas assembleias, acrescidos das respectivas remunerações das aplicações financeiras.

i) Recursos a devolver a consorciados

Estão representados principalmente pelos valores a serem ressarcidos aos consorciados ativos pelos excessos de amortização, por ocasião do rateio para encerramento do grupo, e aos consorciados desistentes ou excluídos, pelo valor relativo às respectivas contribuições ao fundo comum e de reserva, deduzidos das multas, quando aplicável.

j) Recursos do grupo

São representados principalmente por valores recebidos a título de fundo de reserva, rendimentos de atualização financeira, multa e juros de mora recebidos e atualização dos valores a receber de consorciados contemplados e das obrigações com consorciados não contemplados, cujo saldo líquido é rateado aos consorciados ativos quando do encerramento do grupo.

k) Informações complementares sobre os grupos em andamento

O valor da contribuição mensal a receber dos participantes dos grupos para aquisição de bens é determinado com base no valor do bem e no percentual de pagamento estabelecido para cada contribuição, de acordo com o prazo de duração dos grupos, acrescido da taxa de administração, fundo de reserva e prêmios de seguro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

A seguir, alguns dados adicionais dos grupos de consórcio:

	Jun/2023	jun/2022
Quantidade de grupos ativos	242	246
Cotas ativas contempladas	46.655	45.515
Cotas ativas não contempladas	52.794	44.900
Total de cotas ativas	99.449	90.415
Cotas ativas em dia	88.580	78.689
Cotas ativas inadimplentes	10.869	11.726
Cotas ativas contempladas inadimplentes	3.426	3.921
Cotas ativas não contempladas inadimplentes	7.443	7.805
Total de cotas ativas	99.449	90.415
% de inadimplentes	10,93%	12,97%
Cotas ativas quitadas	11.961	13.073
Quantidade de bens pendentes de entrega	5.672	5.993
Quantidade de cotas inativas excluídas	235.252	219.907
Quantidade de bens entregues	6.283	6.315

4. DISPONIBILIDADES

Disponibilidades incluídas na demonstração dos fluxos de caixa compreendem:

	Jun/2023	Dez/2022
Disponibilidades em Moeda Nacional	31	34
Total	31	34

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

5. INSTRUMENTOS FINANCEIROS – TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

A conta de títulos e valores mobiliários possui a seguinte composição:

	Administradora		Grupos	
	Jun/2023	Dez/2022	Jun/2023	Dez/2022
Certificados de Depósitos Bancários				
Banco GM S.A. - CDB Prefixado (i) (nota 17d)	672.964	666.369	-	-
Cotas de Fundos de Investimento				
Fundo de Investimento em DI (ii)	90.738	94.023	513.539	466.999
Total	763.702	760.392	513.539	466.999

- (i) São representados por Certificados de Depósitos Bancários, classificados como títulos mantidos até o vencimento, com vencimentos até julho de 2024, sujeitos a atualizações financeiras pré-fixados, variáveis entre 6,67% (aplicação pactuada em maio de 2020) e 14,06% (aplicação pactuada em novembro de 2022). O resultado de Certificados de Depósitos Bancários foi de R\$27.961 (R\$21.962 em 30 de junho de 2022), conforme nota 17 d.
- (ii) São representados por aplicações em Fundo de Investimento DI não exclusivo, classificadas como mantidas até o vencimento pela Administradora, e como disponíveis para venda em Grupos, sendo em ambos os casos mensuradas pela cota do fundo na data do balanço. No semestre o resultado com fundo de investimentos DI foi de R\$ 4.777 (R\$ 4.155 em 30 de junho de 2022).

Abertura por vencimento dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Jun/2023				Dez/2022			
	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total	Sem vencimento	Até 12 meses	De 1 a 4 anos	Total
Administradora								
Certificados de Depósitos Bancários	-	580.974	182.728	763.702	-	116.732	549.637	666.369
Fundo Santander Referenciado DI Exclusive	90.738	-	-	90.738	94.023	-	-	94.023
Total	90.738	580.974	182.728	854.440	94.023	116.732	549.637	760.392
Grupos								
Fundo Santander Referenciado DI Exclusive	513.539	-	-	513.539	466.999	-	-	466.999
Total	513.539	-	-	513.539	466.999	-	-	466.999

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

6. OUTROS ATIVOS E ATIVO FISCAL DIFERIDO

A rubrica de Outros Ativos possui a seguinte composição:

	Jun/2023	Dez/2022
Comissões Diferidas (i)	163.346	104.760
Créditos Tributários - IR e CS (nota 7c)	27.445	31.265
Impostos a Recuperar (ii)	18.616	7.738
Depósitos Judiciais	16.214	15.997
Outros Créditos	348	341
Total	225.969	160.101
Ativo Circulante	77.613	40.936
Ativo Não Circulante	148.356	119.165
Total	225.969	160.101

- (i) Diferimento de comissões pela negociação de contratos e consideradas como custo incremental. Com o advento da Resolução BCB nº 120/21, o Banco Central do Brasil adotou a prática do CPC 47 para as administradoras de consórcio, fazendo com que as comissões deixassem de ser reconhecidas integralmente no início do contrato e fossem apropriadas conforme a vida útil dele.
- (ii) Refere-se substancialmente a impostos de renda retidos na fonte sobre Títulos e Valores Mobiliários - CDB Prefixado e imposto de renda e contribuição social a compensar do período corrente.

7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

- a) Cálculo dos encargos com imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL incidentes sobre as operações dos semestres:

	Jun/2023		Jun/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Resultado Antes da Tributação	77.211	77.211	78.592	78.592
Alíquota Utilizada para Cálculo	25%	9%	25%	9%
Despesa de Acordo com Alíquotas	(19.303)	(6.949)	(19.648)	(7.073)
Total de IR e CS sobre despesas permanentes	(19.303)	(6.949)	(19.648)	(7.073)
Outras Adições/Exclusões Permanentes	-	-	(3)	-
Adicional de Imposto de Renda	12	-	12	-
Despesas de IR e CS no período	(19.291)	(6.949)	(19.639)	(7.073)
Total de Imposto de Renda e Contribuição Social	(26.240)		(26.712)	

- b) Composição dos créditos/despesas de imposto de renda e contribuição social diferidos e correntes aos semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Jun/2023		Jun/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
IR e CS Correntes Devidos	(16.392)	(5.856)	(14.649)	(5.278)
Prejuízo Fiscal	(5.849)	(2.155)	(6.283)	(2.262)
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	447	161	(130)	(45)
Provisão Para Riscos Fiscais	124	45	98	36
Provisões Para Comissões	2.505	902	1.443	519
Correção de Depósitos Judiciais	(126)	(46)	(118)	(43)
Total	(19.291)	(6.949)	(19.639)	(7.073)
Total de IR e CS	(26.240)		(26.712)	

c) Origem dos ativos fiscais diferidos:

	Jun/2023		Dez/2022	
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Imposto de Renda	Contribuição Social
Prejuízo e Base Fiscal Negativa	-	-	5.849	2.155
Adições Temporárias:				
Provisão Para Riscos Fiscais	3.111	1.120	2.987	1.075
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.882	678	1.435	517
Provisão Para Comissões	15.187	5.467	12.682	4.565
Total	27.445		31.265	

d) Realização do valor presente dos ativos fiscais diferidos ativados de imposto de renda e contribuição social em 30 de junho de 2023:

Ano	IR		CS		Valor Contábil	Valor Presente
	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Adições Temporárias	Prejuízo Fiscal	Total	Total
2023	8.014	-	2.885	-	10.900	9.627
2024	10.301	-	3.708	-	14.009	11.094
2025	1.184	-	426	-	1.610	1.177
2026	136	-	49	-	185	125
2027	545	-	196	-	741	458
Total	20.180	-	7.265	-	27.445	22.480

O valor presente, calculado com base na taxa SELIC, é de R\$ 22.480 em 30 de junho de 2023 (R\$ 26.706 em 31 de dezembro de 2022).

Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos considerando a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base em estudo técnico elaborado semestralmente que considera as expectativas da Administração quanto à realização dos referidos créditos, as projeções orçamentárias da Administradora e os indicadores econômico-financeiros.

e) Movimentação dos ativos fiscais diferidos e das obrigações fiscais diferidas:

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Dez/2022	Constituição (Realização) Líquidas	Jun/2023
Provisão Para Riscos Fiscais	4.062	169	4.231
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.953	608	2.561
Provisão Para Comissões	17.246	3.407	20.653
Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias	23.261	4.184	27.445
Créditos de Prejuízo Fiscal	5.849	(5.849)	-
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social	2.155	(2.155)	-
Total de Créditos Tributários Sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	8.004	(8.004)	-
Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)	31.265	(3.820)	27.445
Obrigações Fiscais Diferidas:			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(1.625)	(172)	(1.797)
Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)	(1.625)	(172)	(1.797)
Saldo Líquido	29.640	(3.992)	25.648

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

	Dez/2021	Constituição (Realização) Líquidas	Jun/2022
Provisão Para Riscos Fiscais	3.759	134	3.893
Provisão Para Cíveis e Trabalhistas	1.561	(175)	1.386
Provisão Para Comissões	14.371	1.962	16.333
Total de Créditos Sobre Diferenças Temporárias	19.691	1.921	21.612
Créditos de Prejuízo Fiscal	17.908	(6.283)	11.625
Crédito de Base Negativa de Contribuição Social	6.497	(2.262)	4.235
Total de Créditos Tributários Sobre Prejuízo Fiscal e Base Negativa	24.405	(8.545)	15.860
Total de Ativos Fiscais Diferidos (nota 6)	44.096	(6.624)	37.472
Obrigações Fiscais Diferidas:			
IR e CS Sobre Atualizações de Depósitos Judiciais	(1.265)	(161)	(1.426)
Total de Obrigações Fiscais Diferidas (nota 9)	(1.265)	(161)	(1.426)
Saldo Líquido	42.831	(6.785)	36.046

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES DIVERSAS

Composição de outras obrigações diversas:

	Jun/2023	Dez/2022
Obrigações com Grupo de Consórcios/Consoiciados (i)	90.738	94.023
Provisão para Comissões	60.747	50.727
Valores a Pagar a Sociedades Ligadas (nota 17d)	4.774	4.058
Outras Obrigações	6.784	6.159
Total	163.043	154.967
Passivo Circulante	72.305	60.944
Passivo Não Circulante	90.738	94.023
Total	163.043	154.967

- (i) Referem-se a recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados anteriores a Lei nº 11.795/08, os quais são atualizados pelo rendimento da cota do Fundo de Investimento DI. Os valores posteriores a Lei são controlados em conta de compensação e são atualizados. Os valores posteriores a Lei totalizaram R\$ 79.684 em 30 de junho de 2023 (R\$ 93.196 em 31 de dezembro de 2022).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

9. OBRIGAÇÕES FISCAIS CORRENTES E DIFERIDAS

Composição de obrigações fiscais correntes e diferidas em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Jun/2023	Dez/2022
Provisão Para Imposto Sobre o Lucro Corrente - IRPJ e CSLL (Nota 7b)	22.248	14.940
Outros Impostos Indiretos a Pagar (i)	3.173	2.813
Obrigações fiscais diferidas (ii) (Nota 7e)	1.797	1.625
Total	27.218	19.378
Passivo Circulante	25.421	17.753
Passivo Não Circulante	1.797	1.625
Total	27.218	19.378

- (i) Referem-se basicamente aos impostos sobre faturamento (PIS, COFINS e ISS) no montante de R\$ 2.966 (R\$ 2.620 em 31 de dezembro de 2022) e tributos retidos na fonte sobre contratação de serviços R\$ 207 (R\$ 193 em 31 de dezembro de 2022).
- (ii) Refere-se à constituição do passivo fiscal diferido sobre a receita de atualização monetária dos depósitos judiciais até a efetiva disponibilização dos recursos depositados em juízo.

10. PROVISÕES PARA RISCOS CÍVEIS, TRABALHISTAS E OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Composição das provisões de riscos cíveis, trabalhistas e obrigações legais em 30 de junho de 2023 e 31 de dezembro de 2022:

	Jun/2023	Dez/2022
Provisões Para Riscos Fiscais	12.445	11.946
Provisões Para Riscos Cíveis	7.227	5.314
Provisões Para Riscos Trabalhistas	302	426
Total	19.974	17.686

b) Movimentação das provisões e obrigações legais:

	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2022	11.946	426	5.314	17.686
Constituições (Reversões) Líquidas	499	(121)	1.913	2.291
Valores Pagos	-	(3)	-	(3)
Saldo em 30 de junho de 2023	12.445	302	7.227	19.974
Saldo em 31 de dezembro de 2021	11.056	468	4.126	15.650
Constituições (Reversões) Líquidas	395	10	(527)	(122)
Saldo em 30 de junho de 2022	11.451	478	3.599	15.528

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

Resumo dos passivos contingentes classificados como possíveis:

	Jun/2023		Dez/2022	
	Quantidade de Processos	Montante	Quantidade de Processos	Montante
Cíveis	476	6.884	558	7.264
Trabalhista	3	122	2	50
Fiscais	9	2.456	9	2.412
Total	488	9.462	569	9.726

Riscos fiscais

Referem-se basicamente às obrigações legais tributárias relativas a impostos e contribuições decorrentes do questionamento judicial e/ou administrativo, os quais estão integralmente provisionados, como segue:

- PIS - Mandado de Segurança visando à declaração de inconstitucionalidade da Lei nº 9.718/98 que expandiu a base de cálculo da contribuição para o PIS, para permitir o recolhimento nos termos da LC 7/70 (PIS-repique), ou, subsidiariamente, da Lei nº 9.715/98 (PIS-Faturamento); e
- A Administradora iniciou uma nova discussão judicial fiscal em julho de 2017, para discutir a incidência do ISS sobre taxa de administração, no montante de R\$ 9.127 até a data da publicação.

Riscos trabalhistas

São ações movidas por terceiros, prestadores de serviços, pleiteando direitos trabalhistas que entendem devidos. As ações são controladas individualmente e as provisões são constituídas com base no histórico de pagamentos realizados, nas verbas pleiteadas e na fase processual de cada ação.

Riscos cíveis

São ações judiciais de caráter indenizatório ou revisional de cláusulas referentes à relação contratual, em que há probabilidade de desembolso financeiro.

As ações são controladas individualmente e as indenizatórias provisionadas de acordo com a avaliação de êxito/perda pelos assessores jurídicos, levando em consideração a situação de cada processo, bem como o entendimento do Poder Judiciário local em relação ao assunto em discussão.

A Administração entende que as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas decorrentes de processos judiciais e dos depósitos judiciais envolvidos.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social é constituído por 543.132.650 cotas sem valor nominal, das quais 543.132.627 são integralizadas por empresa constituída no país e 23 no exterior, no montante total de R\$ 543.132 em 30 de junho de 2023 (543.132.650 cotas sem valor nominal, no montante de R\$ 543.132 em 31 de dezembro de 2022).

Em assembleia realizada na data de 28 de Abril de 2023, a Administração decidiu realizar a transferência do valor de R\$ 12.691 da Reserva Legal para Outras Reservas de Lucro, não havendo na legislação ressalvas que determinem a obrigatoriedade de a Administradora manter esses valores como Reserva Legal.

Conforme previsto no contrato social, aos cotistas é assegurado dividendo mínimo anual não inferior a 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei. Apesar do fato da Administradora ter auferido lucro líquido de R\$ 50.971 no semestre findo em 30 de junho de 2023 (R\$51.880 em 30 de junho de 2022), a destinação dos lucros será definida em assembleia geral ordinária conforme contrato social.

12. RENDAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO

As receitas de prestação de serviços referem-se, principalmente, à taxa de administração paga mensalmente pelos consorciados, no montante de:

	<u>Jun/2023</u>	<u>Jun/2022</u>
Taxa de Administração de Grupos Ativos	126.930	97.317
Taxa de Administração de Grupos Encerrados	9.931	11.302
Serviços Acessórios	877	950
<u>Total</u>	<u>137.738</u>	<u>109.569</u>

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

13. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Jun/2023	Jun/2022
Recorrente	(72.156)	(42.416)
Despesa de rateio com partes relacionadas (i) (nota 17d)	(25.677)	(21.416)
Sistemas de Processamento de Dados	(6.419)	(7.648)
Comissões Pagas às Concessionárias (ii)	(30.843)	(6.675)
Propaganda e Publicidade	(2.412)	(1.796)
Serviços de Terceiros	(1.038)	(1.392)
Outras Despesas Administrativas	(1.207)	(1.038)
Serviços Técnicos Especializados	(1.089)	(857)
Despesas com Sistema Financeiro	(73)	(846)
Sistemas de Comunicação	(111)	(744)
Despesas Tributárias Administrativas	(3.287)	(4)
Total	(72.156)	(42.416)

(i) Refere-se a reembolso de despesa com folha de pagamento e prediais realizada para o Banco GM S.A., informado como partes relacionadas na nota explicativa 17.

(ii) Refere-se à despesa diferida de comissões apropriadas no decorrer do prazo do contrato, em consonância à Resolução BCB nº 120, vigente no início de 2022, que adotou o CPC 47.

14. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Jun/2023	Jun/2022
Recorrente	6.773	4.308
Receita de Atualização Monetária de Depósitos Judiciais e Impostos a Compensar	773	1.488
Receita de Multa e Juros	1.601	1.472
Reversão de Provisão para Contingências Cíveis e Trabalhistas	143	875
Recuperação de Despesas	4.256	473
Total	6.773	4.308

15. DESPESAS COM PROVISÕES E OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Jun/2023	Jun/2022
Recorrente	(9.648)	(6.319)
Variação Monetária de Recursos Não Procurados (i)	(4.777)	(4.155)
Indenizações Cíveis e Trabalhistas	(1.805)	(1.061)
Atualização Monetária de Contingências Fiscais	(499)	(395)
Provisões Cíveis e Trabalhistas	(1.935)	(358)
Outras Despesas Operacionais	(632)	(350)
Total	(9.648)	(6.319)

(i) Refere-se à variação monetária dos recursos não procurados a devolver a consorciados de grupos de consórcio encerrados, os quais são atualizados pela variação da cota do Fundo de Investimento Santander Referenciado DI Títulos Públicos Exclusive (até abril de 2022 a atualização era realizada pelo Fundo de Investimento BRAM Referenciado DI Federal II).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

16. DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Jun/2023	Jun/2022
COFINS	(9.319)	(5.717)
ISS	(6.969)	(5.552)
PIS	(1.946)	(1.178)
Total	(18.234)	(12.447)

17. PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Na assembleia geral, realizada anualmente no mês de junho são validadas as premissas da remuneração à diretoria, conforme política do grupo GMF.

b) Benefícios de curto prazo

Salários e Honorários da Diretoria Executiva	Jun/2023	Jun/2022
Remuneração Fixa	419	412
Remuneração Variável	447	846
Total	866	1.258

c) Rescisão do contrato relacionados à Administração

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação contratual, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira.

d) Transações com partes relacionadas

Os saldos patrimoniais e de resultado nos semestres findos em 30 de junho de 2023 e de 30 de junho de 2022 para resultados, e 31 de dezembro de 2022 para saldos patrimoniais são resumidos como segue:

	Jun/2023		Dez/2022	Jun/2022
	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)	Ativo (Passivo)	Receita (Despesa)
Empresas Controladoras				
Banco GM S.A.:				
Títulos e Valores Mobiliários (nota 5)	672.964	27.961	666.369	21.962
Outras Obrigações Diversas (nota 8 e 13)	(4.774)	(25.677)	(4.058)	(21.416)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

18. GERENCIAMENTO DE RISCO

- (a) Em consonância com a regulamentação vigente, as práticas adotadas no mercado, e as recomendações do comitê da Basileia, a Instituição, para suportar o adequado gerenciamento de seus riscos, adota as seguintes práticas:
- (i) Departamento de Riscos Corporativos – Departamento específico responsável pela gestão dos riscos de mercado e IRRBB (*Interest Rate Risk in the Banking Book*), liquidez, operacional, social, ambiental, climático, cibernético, estratégico, reputacional e gestão de capital da Chevrolet Serviços Financeiros. Além disso, o departamento também tem a responsabilidade de monitorar e reportar ao CRO uma visão consolidada dos riscos, recebendo, analisando e apurando informações a respeito dos riscos de crédito (Atacado e Varejo), de conformidade, legal, e continuidade de negócios, criando uma visão integrada para adequada gestão de riscos e capital pelo CRO, com o objetivo de alcançar equilíbrio adequado entre risco e retorno, diminuindo os riscos desnecessários e protegendo os retornos financeiros da empresa. Além disto, a área atua assegurando a adequação e monitoramento dos indicadores estabelecidos na Declaração de Apetite a Riscos (*Risk Appetite Statement – RAS*), suprimindo e reportando ao CRO;
 - (ii) Risco de Crédito – Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a sua mitigação e controle, e em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela sua gestão, e as áreas de risco de crédito (Atacado e Varejo), como responsáveis por monitorar os indicadores de crédito para, caso haja necessidade, estabelecer correções imediatas segundo o planejamento, estratégia e o apetite a riscos adotados pela organização;
 - (iii) Risco Operacional – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco operacional, e a área de Riscos Corporativos como a responsável por avaliar os processos e controles internos, monitorar os indicadores de risco operacional (KRIs), fomentar discussões sobre os eventos de riscos operacionais ocorridos e/ou potenciais e estabelecer planos de ação, conforme o planejamento e estratégia adotados pela organização;
 - (iv) Risco de Mercado e IRRBB – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de mercado, e a área de Riscos Corporativos, como a responsável por monitorar e avaliar o nível de exposição a risco das carteiras de negociação e bancária, incluindo acompanhamento do IRRBB (*Interest Rate Risk of the Banking Book*), mensurando o impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira. As avaliações são realizadas com o objetivo de manter o risco de mercado da Chevrolet Serviços Financeiros em níveis compatíveis com a sua estrutura, estratégia, e apetite a riscos;
 - (v) Risco de Liquidez – Em conformidade com a Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição estabeleceu a diretoria de riscos como a responsável pela gestão do risco de liquidez, e a

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

área de Riscos Corporativos como a responsável por realizar o monitoramento e o controle independente de indicadores como o TRF (*Time to Require Funding*), Descasamento de Taxas e Moedas, LCR, Caixa Mínimo e Concentração de *Funding*, conforme os limites estabelecidos de forma adequada para financiar suas atividades de forma prudente e eficaz em termos de custos e gerenciamento do risco;

- (vi) Gerenciamento de Capital – De acordo com a Resolução do CMN nº 4.557/17, define-se o gerenciamento de capital como o processo contínuo de monitoramento e controle do capital mantido pela instituição, a avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está sujeita, e o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição. A política relacionada à Gestão de Capital da Chevrolet Serviços Financeiros estabelece as regras definidas e aprovadas pelo Comitê Executivo e abrange os seguintes pontos: papéis e responsabilidades, métricas da gestão de capital, regras de cálculo do capital, limites operacionais, planos de contingência e monitoramento contínuo. A Chevrolet Serviços Financeiros busca manter o capital em níveis adequados de acordo com sua estratégia, de forma que haja uma margem prudente em relação ao patamar mínimo estabelecido pelo regulador local, sem comprometer os resultados do negócio;
- (vii) Risco Social Ambiental e Climático – De acordo com a Resolução CMN nº 4.943/21, o risco social é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à violação de direitos e garantias fundamentais ou a atos lesivos ao interesse comum; o risco ambiental é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados à degradação do meio ambiente, incluindo o uso excessivo de recursos naturais; e o risco climático é definido em duas vertentes: o risco climático de transição é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados ao processo de transição para uma economia de baixo carbono, em que a emissão de gases do efeito estufa é reduzida ou compensada e os mecanismos naturais de captura desses gases são preservados; e o risco climático físico é a possibilidade de ocorrência de perdas para a instituição ocasionadas por eventos associados a intempéries frequentes e severas ou a alterações ambientais de longo prazo, que possam ser relacionadas a mudanças em padrões climáticos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), monitorada, atualizada e posta em prática pela área de Riscos Corporativos, visando identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar estes riscos, quando presentes nas suas atividades e operações. Esta estrutura prevê estratégias, limites e procedimentos destinados a manter a exposição aos riscos em conformidade com os níveis fixados na RAS, e também a garantir o devido aproveitamento de oportunidades sociais, ambientais e climáticas identificadas na condução de seus negócios;
- (viii) Risco de Conformidade - O risco de sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras ou danos à reputação resultantes da falha em cumprir: (i) leis e regulamentos; (ii) regras, códigos de conduta ou padrões/normas de organizações autorreguladoras às quais a Chevrolet Serviços Financeiros está sujeita ou das quais é membro; e (iii) políticas e procedimentos internos. Buscando o alinhamento entre as melhores práticas no que tange o gerenciamento de riscos ao perfil de negócio, às características da Instituição, e ao ambiente regulatório, a área de Compliance da Chevrolet Serviços Financeiros gerencia este

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Semestres findos em 30 de junho de 2023 e 2022

(Em milhares de reais)

risco de conformidade de forma estruturada, apoiada em normas e procedimentos corporativos, além de programas de conformidade, visando primariamente garantir que todas as regras aplicáveis estão sendo atendidas;

- (ix) Risco Legal - O risco legal é associado à incorreta interpretação, aplicação e/ou não cumprimento dos dispositivos legais, regulamentações, acordos e preceitos éticos nas práticas das empresas, bem como à inadequação ou deficiência em seus contratos, podendo ter como consequências, incluindo, mas não se limitando a, sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais, diminuição do valor dos ativos, contingências maiores do que as esperadas e indenizações por danos a terceiros. A Chevrolet Serviços Financeiros através de seu departamento Jurídico, atua de forma ativa para identificar, mensurar, avaliar, monitorar, reportar, controlar e mitigar o risco legal inerente ao seu negócio;
- (x) Risco Estratégico - O risco de estratégia é definido como a possibilidade de perda decorrente da utilização de uma estratégia, premissas ou política de negócios inadequada ou de falta desta, incluindo a ausência ou execução equivocada de resposta a alterações de mercado e a fatores externos. A Chevrolet Serviços Financeiros possui um processo regular, completo e consistente de planejamento estratégico, visando a projeção, acompanhamento e gestão de todos os indicadores estrategicamente relevantes para o seu negócio, de forma a subsidiar robustamente a tomada de decisão pela gestão;
- (xi) Risco Reputacional - O risco reputacional é definido como a ocorrência ou possibilidade de exposição negativa que impacte a percepção daqueles com os quais se relaciona, incluindo clientes, investidores, agências de *rating*, colaboradores e órgãos reguladores, em relação às práticas de negócio, conduta ou condição financeira da Instituição. A gestão do risco reputacional na Chevrolet Serviços Financeiros é realizada a partir de processos contidos em diversas áreas da Instituição, os quais têm como objetivo mitigar a ocorrência de eventos que afetem a reputação, bem como atuar no controle e minimização da disseminação desses impactos;
- (xii) Risco Cibernético - O risco cibernético é definido como o risco de ocorrerem eventos e perdas relacionados a dependências tecnológicas, e à interconexão entre sistemas, processos e instituições, vulneráveis a falhas ou ataques cibernéticos cujos efeitos podem ter proporções sistêmicas. A Chevrolet Serviços Financeiros mantém sólidas práticas de segurança cibernética no ambiente de negócios, contando com estruturas locais e globais dedicadas ao monitoramento contínuo, atualização e execução das melhores práticas, ferramentas e processos, visando mitigar este risco e garantir a gestão segura de informações e a proteção de dados de clientes e fornecedores.
- (xiii) Gestão de Continuidade de Negócios (GCN) - A Avaliação de Riscos na Continuidade dos Negócios é o processo de avaliar ameaças e vulnerabilidades de ativos, estimando potenciais perdas ou danos a eles atrelados, além das respectivas respostas a situações de interrupção ou indisponibilidade prolongada de infraestrutura ou de operação das áreas de negócio da Chevrolet Serviços Financeiro, buscando evitar o estabelecimento de cenários de crise. Assim, fornece uma estrutura para o gerenciamento de riscos em termos de probabilidade e magnitude do impacto.

